



# Tribunal de Contas do Estado de São Paulo

## NOTIFICAÇÃO DE ALERTAS

**Processo TC** 3796/989/16  
**Poder** EXECUTIVO  
**Município** Aguaí  
**Entidade** PREFEITURA MUNICIPAL DE AGUAÍ  
**Período** 02/2016  
**Relator** Dr. Edgard Camargo Rodrigues  
**Unidade Fiscalizadora** UR-19 UNIDADE REGIONAL DE MOGI GUAÇU  
**Responsável** SEBASTIÃO BIAZZO  
**Cargo** PREFEITO  
**CPF** 013.775.238-53  
**Período de Gestão** 25/06/2015 a *dado não informado*

Com base nas análises efetuadas sobre os dados relativos ao período em tela declarados a este Tribunal de Contas por força do disposto nas Instruções Nº 2/08, vimos por meio deste **alertá-lo(a)** a respeito das seguintes situações:

### ACOMPANHAMENTO DA GESTÃO FISCAL

## 1 - Assunto de Fiscalização: CUMPRIMENTO DAS INSTRUÇÕES DO TCE

### 1.1 - CI01 - Cumprimento das entregas da documentação exigida pelo TCE

Entrega intempestiva dos seguintes documentos:

Tipo de Documento	Mês	Ano
Publ. RREO Balanço Orçamentário	2	2016
Publ. RREO Dem. Função / Subfunção	2	2016
Publ. RREO Dem. Apuração RCL	2	2016
Publ. RREO Dem. Receitas e Despesas Previdenciárias	2	2016
Publ. RREO Resultado Nominal	2	2016
Publ. RREO Resultado Primário	2	2016
Publ. RREO Restos a Pagar	2	2016
Conciliações Bancárias Mensais	2	2016
Atualização do Cadastro Geral de Entidades Mensal	2	2016

## **2 - Assunto de Fiscalização: LRF**

### **2.1 - GF20 - Análise do Resultado Primário - LOA Atualizada X Meta da LDO**

Verifica-se que o Resultado Primário Previsto na LOA atualizada é inferior ao consignado no Anexo de Metas da LDO, demonstrando, portanto, incompatibilidade com a meta estabelecida.

## **3 - Assunto de Fiscalização: ENSINO**

### **3.1 - AE03 - Aplicação de Recursos Próprios em Ensino com base na Despesa Liquidada**

Com base na Despesa Liquidada, o Município apresenta percentual de aplicação desfavorável ao atendimento do disposto no art. 212 da CF.

### **3.2 - AE06 - Aplicação de Recursos do FUNDEB na remuneração do Magistério**

O Município apresenta percentual desfavorável ao atendimento do art. 22 da Lei 11.494/07.

Por oportuno, esclarecemos que em virtude do apurado, deverão ser observadas as exigências contidas na legislação supra citada, a fim de evitar possíveis sanções de ordem administrativa e/ou penal.

Data da Geração: 20/05/2016  
Hora da Geração: 20:56:48